CARTA ABERTA AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Mpox: exigimos transparência, acesso universal e uma resposta pública à escassez de vacinas

Ao Ministério da Saúde, na pessoa do ministro **Alexandre Padilha**;

À Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), na pessoa do secretário **Fabiano Geraldo Pimenta Junior**;

Ao Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Dathi), na pessoa do diretor **Draurio Barreira**

A **Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)** manifesta profunda preocupação com a condução da política de vacinação contra a mpox no Brasil, particularmente no estado do Rio de Janeiro, diante da persistente escassez de vacinas, da falta de transparência sobre os critérios de acesso e das informações conflitantes transmitidas à população.

A situação exige esclarecimentos urgentes das autoridades sanitárias e medidas concretas para garantir uma política de vacinação orientada pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quatro anos após a emergência internacional de mpox de 2022, o Brasil permanece dependente de um único fabricante para o fornecimento da vacina utilizada pelo SUS. Ao longo desse período, a mpox não deixou de ser um problema de saúde pública, exigindo atenção e uma resposta contínua. Nossas organizações têm sido procuradas e cobradas pela população por informações sobre a disponibilidade de vacinas e as perspectivas de ampliação do acesso. É nesse sentido que buscamos fortalecer o diálogo com o Ministério da Saúde: as informações solicitadas nesta carta são fundamentais para responder a essas demandas, orientar a população e contribuir para uma resposta pública transparente, participativa e efetiva.

Reconhecemos as limitações da oferta internacional e os esforços para adquirir as doses disponíveis. Entretanto, não é aceitável que, quatro anos depois, o país continue sem uma estratégia pública suficientemente robusta para superar essa dependência e assegurar o abastecimento sustentável de vacinas. A escassez não pode ser tratada como uma fatalidade: ela também reflete decisões políticas, econômicas e institucionais que precisam ser enfrentadas com planejamento,

investimento público e transparência. Universalidade e equidade não podem ser substituídas pela gestão da escassez.

O relatório *Evergreening During an Emergency*[1], publicado pelo consórcio global Make Medicines Affordable, em dezembro de 2025, evidencia que as dificuldades de acesso às vacinas contra mpox são agravadas pela concentração do fornecimento, pelos preços elevados e pelo controle privado de tecnologias desenvolvidas com expressivo apoio público. No caso da MVA-BN, o documento identifica pedidos sucessivos de patente sobre processos produtivos, formulações e usos, além da proteção de conhecimentos de fabricação por segredos industriais e de restrições à comercialização em acordos de transferência de tecnologia.

Esse cenário exige uma resposta pública que articule o atendimento das necessidades imediatas com a superação da dependência tecnológica. O **relatório recomenda avaliar as barreiras de propriedade intelectual em cada país, adotar medidas para sua superação e promover transferência de tecnologia e produção local, acompanhadas de financiamento sustentável da vacinação, da vigilância e do cuidado** (Swan et al., 2025).

A ABIA considera inaceitável que a escassez de vacinas e a falta de informações claras produzam insegurança ou barreiras de acesso que terminem por colocar populações igualmente merecedoras de proteção em lados opostos. O enfrentamento ao HIV/AIDS no Brasil construiu uma tradição de solidariedade, organização comunitária e defesa coletiva de direitos. Não aceitaremos que a escassez de vacinas seja utilizada, ainda que indiretamente, para produzir divisões entre comunidades e grupos que historicamente lutaram juntos pelo acesso universal à saúde.

Diante desse cenário, **exigimos do Ministério da Saúde respostas públicas, documentadas e acessíveis**, especialmente sobre os seguintes pontos:

1. Apresentação de um plano para ampliar progressivamente o acesso às vacinas para as populações elegíveis
2. Quantas doses foram adquiridas pelo Brasil desde 2022, qual foi sua destinação e quantas foram efetivamente distribuídas, aplicadas, perdidas ou permanecem em estoque? Quantas pessoas já foram vacinadas e quantas completaram o esquema de duas doses?

---

[1] SWAN, Tracy; BACIGALUPO, María Lorena; CHAVES, Gabriela Costa; PIGNATARO, María Florencia; SCOPEL, Carolinne Thays. *Evergreening During an Emergency: Patent and Clinical Landscapes for Mpox Vaccines and Potential Treatments*. MMA, dez. 2025. Disponível em: https://makemedicinesaffordable.org/wp-content/uploads/sites/3/2025/12/1203_ITPC_MPox_FullReport.pdf

3. Publicação das informações sobre contratos, negociações com a OPAS e a Bavarian Nordic, volumes solicitados, volumes efetivamente adquiridos, cronogramas de entrega e eventuais restrições comerciais ou produtivas.
4. Apresentação de um plano nacional, com metas, prazos, orçamento e responsabilidades institucionais, para garantir o abastecimento sustentável de vacinas contra a mpox.
5. **Apresentar um plano público, com cronograma, previsão orçamentária e instituições responsáveis, para diversificar o fornecimento de vacinas contra mpox** e desenvolver capacidade de produção nacional e regional. O plano deverá contemplar o levantamento da situação dos pedidos e das patentes relevantes no Brasil; a identificação de barreiras relacionadas a segredos industriais, conhecimentos de fabricação e acesso aos materiais necessários à produção; as iniciativas de transferência de tecnologia e apoio ao desenvolvimento de vacinas nacionais; e a avaliação das medidas de superação dessas barreiras, incluindo oposições a patentes e eventual licenciamento compulsório. Solicitamos que sua elaboração e seu acompanhamento contem com a participação da sociedade civil e das comunidades afetadas.

Afinal, qual é a estratégia do Ministério da Saúde para que o Brasil deixe de depender de negociações emergenciais, autorizações excepcionais e da disponibilidade de um único fabricante?

Solicitamos a realização urgente de uma reunião entre representantes do Ministério da Saúde, das secretarias municipais e das organizações da sociedade civil que atuam no enfrentamento ao HIV/aids e na defesa do direito à saúde.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2026

Richard Parker
Presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

Veriano de Souza Terto Jr.
Vice-Presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS